



CONFERÊNCIA DE IMPRENSA

A Comissão Concelhia de Barcelos do BE, realizou, hoje – 14 de Fevereiro, uma conferência de imprensa com o objectivo de apresentar a posição partidária do BE, sobre os seguintes pontos:

1. Decorrência e discussão política da reunião extraordinária da AM da passada sexta-feira;
2. Proposta de referendo anunciada pelo BE Barcelos.

A propósito do tema em discussão na AM extraordinária da passada sexta-feira, ou seja, o contrato de concessão do sistema municipal de abastecimento de água e saneamento de Barcelos, o BE sempre disse e continuará a dizer que a água nunca pode ser privatizada dado que não é um bem a mercantilizar. A lógica dos serviços de água tem sempre que estar subjacente a um uso público. Faz parte da nossa matriz político-ideológica a preservação e qualidade dos serviços públicos. Só estes garantem o direito ao exercício da democracia. Fomos e seremos sempre contra qualquer processo de privatização dos serviços de água. Votamos contra a concessão e votaremos sempre contra qualquer solução que não passe por remunicipalizar este serviço.

O PSD, enquanto exercício do poder autárquico - desde 25 de Abril até 2009, optou pela privatização deste serviço e desencadeou o processo em 2002 vindo a concretizá-lo em 2004 com entrada em vigor da concessão em 2005. Opção esta baseada na falácia de que não havia capacidade financeira do município em expandir a rede pelo concelho entrando pelo caminho do populismo de que não havia barcelenses de 1ª e de 2ª. Esta incapacidade deve-se ao facto de nunca se terem candidatado aos fundos comunitários estruturais do QCAI e QCAII que tinham um programa com linha de

financiamento de 75% a fundo perdido para a execução destas obras pelas autarquias.

Neste sentido acaba por fazer um contrato de concessão ruinoso para a autarquia, aquilo que se apelida de contrato leonino em que à Câmara imputa-se o risco e à concessionária adjudica-se o lucro.

Reparem bem nestes dados: para um negócio de 90 milhões de investimento com um total previsível de facturação de 500 milhões, assegura-se uma taxa interna de rentabilidade accionista, em termos anuais nominais, para todo o prazo de concessão – 30 anos, de 10,34%, a troco de uma renda anual de 300 mil €. Como se isto não bastasse contratualizam um consumo per/capita estimado – a partir de um caso-base com pressupostos irrealistas, inflacionados e de resultados sobrevalorizados – muito superior ao consumo real. E é aqui que entra a famigerada clausula do reequilíbrio financeiro que foi objecto da decisão do tribunal arbitral ao condenar a concedente por incumprimento dos objectivos. Em 2009 o consumo estimado é de 138l diários por habitante quando o consumo real per/capita é de 75l. Isto quer dizer que a autarquia paga à empresa o rácio negativo correspondente à facturação prevista, ou seja, a rentabilidade de 63 litros diários por habitante. Como o contrato também estipula um aumento anual estimado de 3l per/capita e como naturalmente – por aumento de tarifário, porque à medida que vai expandindo pelo rural há menos consumo médio, porque as máquinas domésticas e industriais tendem a consumir menos, porque há encerramento de serviços, comércio e indústria, porque o crescimento populacional não corresponde ao previsto ..., a diferença entre o previsto e o efectivo será cada vez maior até final da concessão – 2035. Gostava de perguntar aos senhores signatários deste contrato – presidente e vereadores do PSD – se faziam contrato semelhante enquanto profissionais ou proprietários de alguma entidade? Para além destes disparates contratuais ainda temos que acrescentar as indecências políticas bem ao jeito do “chico-espertismo” saloio que foram ocorrendo durante este processo.

Resumidamente – o contrato firmado com a empresa vencedora é substancialmente contrário aos princípios contratuais aprovados em AM para abertura internacional da concessão; o caderno de encargos – feito por encomenda e à medida do vencedor – é fortemente adulterado aquando da formalização do contrato; Em 2009 estava estabelecido fazer uma reapreciação do contrato – reparem na diferença de consumos anteriormente referida (cerca de 50%) – a Câmara nada faz sobre esta situação, não acciona os mecanismos jurídicos do equilíbrio da repartição do risco e estabelece um aditamento de contrato designado por Obras do Concedente em que assume obras de expansão e estruturação da rede que anteriormente eram da responsabilidade da concessionária.

Acresce a tudo isto que já não é pouco, a estocada final deste vergonhoso contrato, assim como que a venenosa cereja em cima do bolo podre. No caderno de encargos posto a concurso no capítulo XVIII referente a Resolução de Conflitos no seu artigo 74º aponta para a constituição da Comissão Paritária, referindo no ponto 10 que qualquer das partes pode recorrer da decisão para o tribunal competente indicado no artigo 75º - Precisamente o Tribunal Administrativo do Círculo do Porto.

Pasme-se – o contrato celebrado passa a ter como sede de litígio, sem direito a recurso por abdicação da Concedente – o Tribunal Arbitral de Lisboa. Grande coincidência – o sócio maioritário (70%) e “tubarão” das concessões do serviço de água – SOMAGUE estava sediada em Lisboa e quem redigiu o contrato foi uma sociedade de advogados – Morais Leitão, Galvão Teles e Soares da Silva – sediada em Lisboa.

Em 2009 o PS ganha as autárquicas e o cenário muda de figurino.

O BE sabe distinguir as situações. Quem terá que ser culpabilizado pelo ruinoso contrato é o PSD, no entanto não podemos ser acríticos em relação aos erros cometidos pelo PS neste processo

1º - Campanha Eleitoral baseada numa Indecência política – baixar os tarifários em 50% - demagogia / Populismo / irresponsabilidade política. Esta inconsciente promessa vai perseguir o PS durante o mandato. E se foi um

trunfo eleitoral para ganhar as eleições pode-se transformar no espinho da derrota nas próximas autárquicas. Podem-se esquecer muitas promessas mas esta será sempre lembrada.

O BE apoia, desde sempre, a remunicipalização do serviço mas não podemos concordar com algumas posições do PS e da Câmara.

Tendo conhecimento desde o início da concessão do contrato, não podem dizer que não sabiam porque tinham vereadores eleitos, porque é que nunca intentaram a sua anulabilidade?

Porque não accionaram uma queixa-crime mal tomaram posse e conheceram em absoluto os meandros do contrato? Mesmo que não fosse a CM, por ser a entidade que acordou e agora só mudou de “donos”, porque não a partir do PS – partido suporte do executivo?

Porque não envolveram a população, nomeadamente através da realização de um referendo para saber se a população seria favorável à remunicipalização e se estava na disposição de enfrentar as consequências, inclusive a rescisão ou o resgate?

Porque se refugiaram numa espécie de segredo de estado dizendo sempre que as conversações estavam a decorrer, com delegação de competências no Presidente da Câmara, que inclusive afirmava ter um acordo com o ex-primeiro ministro, José Sócrates, quando na realidade a AdB desencadeou o litígio em Junho de 2010 e a CMB aceitou em 19 de Julho?

Na verdade demonstraram uma falta de habilidade política, uma falta de estratégia jurídica, e uma falta de capacidade de negociação e acima de tudo uma falta de respeito pela população barcelense. Com este plano sem planeamento de acção, colocando a questão em forma de segredo de negócio, aprisionando o caso numa redoma inviolável que em nada contribui para o esclarecimento. Adensaram nuvens de poeira sobre o nebuloso fumo que o contrato já continha.

Quanto à decorrência da AM da passada sexta-feira temos a dizer o seguinte:

Em primeiro lugar congratulamo-nos pela grande adesão dos barcelenses numa clara demonstração de civismo e cidadania, ao contrário do que muitos profetizavam. A democracia funcionou em Barcelos.

Quanto às intervenções partidárias, aprez registar o seguinte:

O PSD teve uma atitude indecorosa ao afirmar com altivez que voltavam a fazer a assinar o mesmo contrato. Isto é uma injúria à inteligência dos barcelenses quando a autarquia está em vias de insolvência financeira. E todos sabem que o contrato é ruinoso. Aliás como é que se pode aceitar que a autarquia, independentemente do executivo ser PS, possa estar condenada a pagar uma indemnização deste montante – no imediato 37 milhões e até final do contrato 172 milhões – por incumprimento de um contrato celebrado pela própria autarquia. É que se o PSD fosse poder provavelmente não haveria esta condenação porque a Câmara ía fazendo o reequilíbrio contratualizado espaçadamente através do aumento de tarifário – estava acordado um aumento de 38% para 2010 -, através do indevido pagamento dos ramais de acesso por parte dos utentes; através do assumpção de obras que estavam a cargo da concessionária; através da prorrogação do prazo de contrato.

O PSD politicamente perdeu a oportunidade de se demarcar da anterior direcção comprovando que são o mesmo que eram e que quem continua a dominar o partido é a “mão-de-ferro” do ex-presidente Fernando Reis.

Quanto ao PS praticamente não existiu nesta assembleia sendo ocultado pelas intervenções inflamadas do presidente da câmara. Sugeriu a criação de um frentismo partidário para apoio do executivo camarário numa espécie de “cruzada” local sem se entender qual o efeito e o sentido.

Quanto ao CDS teve um comportamento lastimoso ao tentar esquivar-se de responsabilidades – votou favoravelmente a autorização de concessão mas que não conheciam o contrato para se pronunciarem. Completou esta atitude de hipocrisia política com outra tão grave quanto esta, dizendo que o problema é local e não tem que haver intervenção do governo central. Esta sonsice, numa versão mais actual – pieguice, política foi dita quando confrontados com a

votação contra dos deputados do CDS e PSD sobre o requerimento de audição do Secretário de Estado da tutela apresentado pelo BE na AR.

A CDU não trouxe novidade à discussão limitando-se a defender a irrealista proposta de rejeição, que por vezes confundia com rescisão, em que o valor estipulado no contrato atinge a soma colossal de 193 milhões de €. Lamentamos que a CDU tenha discordado com a nossa proposta de referendo. Aliás, a CDU em conferência de imprensa realizada ontem, insurgiu-se contra esta proposta com termos indecorosos e de maldizentes sobre o BE. Como nos recusamos a alimentar discussões estéreis e não embarcamos em números circenses de política. Como sabemos distinguir os adversários políticos em conformidade com as situações e os princípios e até consideramos ter pontos de vista semelhantes com a CDU sobre esta matéria. Não respondemos a estas provocações fúteis mas também não nos escusamos a dizer que é estranho, para não dizer disparatado, que a CDU considere a proposta de referendo um “frete à Câmara” conforme palavras do seu deputado municipal. Então não são defensores da democracia directa? Não acham correcto que a população se pronuncie sobre a sua vontade? Afinal o que é a democracia participativa? Quem tem medo da voz dos barcelenses e a quem é que esta vez pode fazer “fretes”? Está, ou não, em causa o direito de cidadania e de manifestação popular?

O BE, para além de desmontar amiúde algumas particularidades do ignóbil contrato apresentou uma visão crítica sobre todo o processo, tanto da parte do PSD enquanto signatário do contrato quanto o PS enquanto executivo condenado. Para além disso apresentamos uma estratégia que passa por retirar a questão do âmbito local e dar-lhe uma dimensão nacional e uma envolvência dos cidadãos.

Assim já iniciamos uma recolha de assinaturas, em nome dos barcelenses concordantes com tal pretensão, que permita colocar a questão em discussão de plenário da AR e que a decisão aqui tomada tenha por objectivo garantir o regular funcionamento da autarquia e garanta o abastecimento público de água e saneamento a todos os munícipes.

Então o governo Troikiano que tão lesto foi a roubar salários e a impor a estúpida austeridade do abismo, não é capaz de cumprir um dos pontos que assinou em memorando que é o de rever as parcerias público-privadas e os contratos lesivos às populações?

Será que não se percebe que está aberta a caixa de Pandora para outros casos semelhantes no país, tanto ao nível de concessões quanto das PPP?

Será que não se compreende que a situação é política e só pode ser tratada como tal e daí que tem de ter uma dimensão nacional por estar em causa um município legitimamente eleito para representar todos os cidadãos do concelho?

Os deputados do BE considerando que não estão mandatados pela população para tomar qualquer decisão sobre este caso até porque não foi objecto de sufrágio eleitoral porque nunca esteve no programa dos partidos e por via disso ninguém tem legitimidade política para decidir;

Considerando que a situação é de tal forma gravosa que põe em causa várias gerações de barcelenses e vários executivos camarários que venham a constituir-se, afectando o desenvolvimento do concelho e a sobrevivência de muitas actividades;

Considerando que a população, a quem nenhuma culpa lhe pode ser imputada e que infelizmente será a grande vítima de toda esta incúria da gestão pública, precisa de ser devidamente esclarecida e ter o direito a manifestar a sua indignação por este embrulhada;

Considerando que os cidadãos barcelenses que em nada têm beneficiado com a privatização dos serviços – preços cada vez mais elevados, manipulação da empresa a obrigar ligação à rede e agora um garrote financeiro – e que não tiveram, até hoje, qualquer oportunidade para se pronunciarem sobre o caso;

Considerando que está em causa um acto de gestão pública lesivo dos interesses da população e que o problema não pode ficar confinado aos representantes da AM e ao executivo camarário por muito válidos que sejam os seus poderes.

O BE Barcelos faz questão de serem os barcelenses a pronunciarem-se sobre a decisão que deva ser tomada pela autarquia e nesse sentido fez entrega ao Presidente da Assembleia Municipal de uma proposta de referendo municipal com a apresentação da seguinte questão:

Concorda que os órgãos do Município de Barcelos accionem todos os mecanismos legais que conduzam à remunicipalização do sistema de abastecimento público de água e saneamento básico na área do município?

Queremos também dizer que esta é uma proposta aberta para hipotética negociação partidária quanto aos considerandos de apresentação e à questão formulada. Queremos criar consensos e chegar a uma maioria de aprovação. No entanto há valores políticos que nunca abdicaremos, nomeadamente a defesa da remunicipalização do serviço de abastecimento de água e drenagem das águas residuais do concelho.

A bem da democracia, pela verdade dos factos e sempre na defesa do interesse público e dos direitos de cidadania.

Barcelos, 14 de Fevereiro de 2012

A Comissão Concelhia do BE Barcelos